



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 101/XIII/ 3.ª SL

Aos 31 dias do mês de janeiro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. - *Informações;*
  2. - *Apreciação e votação das atas 97, 98, 99 e 100, relativas aos dias, 16, 17, 18 e 24 de janeiro;*
  3. - *Discussão e votação do Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2016 – Autor do Parecer: Deputado Luís Vales;*
  4. - *Admissão e distribuição da Petição n.º 447/XIII/3.ª - sobre a «Adoção de medidas contra o eventual encerramento do atendimento complementar do Centro de Saúde de Sever do Vouga».*
- 11:00 - Audiência com a Direção da Associação Portuguesa de Nutrição Entérica e Parentérica (APNEP), «a fim de poder elucidar os Senhores Deputados sobre a problemática da nutrição clínica e também para transmitir as atividades que irão ser desenvolvidas no combate à erradicação da malnutrição por carência».*

---

#### 1. - Informações

A reunião foi presidida pela Vice-Presidente, Maria Antónia de Almeida Santos, que informou a Comissão de que a próxima reunião, dia 7 de fevereiro, vai ocorrer no Auditório Almeida Santos, tendo como ordem de trabalhos, às 9:30h, a audição dos candidatos a membros do CNPMA e às 11:00h a audiência do SICAD para apresentação do Relatório Anual – a situação do país em matéria de Drogas e Toxicodependências.

#### 2. - Apreciação e votação das atas 97, 98, 99 e 100, relativas aos dias, 16, 17, 18 e 24 de janeiro

A Presidente em exercício colocou à votação as atas 97, 98, 99 e 100, relativas aos dias, 16, 17, 18 e 24 de janeiro. A Ata n.º 97 foi aprovada com os votos a favor do PSD, PS e PCP e a abstenção do CDS-PP (por ter estado ausente da reunião), registando-se a ausência do BE e do PEV. A Deputada Isabel Galriça Neto solicitou que fosse corrigido o sentido de voto do CDS-PP na ata n.º 98, de voto a favor para



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 101/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

abstenção, na votação do requerimento do PCP. As Atas n.ºs 98, 99 e 100 foram aprovadas por unanimidade, com a ausência do BE e do PEV.

#### 3. - Discussão e votação do Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2016 – Autor do Parecer: Deputado Luís Vales

O Deputado Luís Vales apresentou o «[Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2016](#)» (CGE) referindo que «o presente Parecer cingir-se-á ao Parecer do Tribunal de Contas (TC) relativo à Conta Geral do Estado para 2016», onde é mencionado que em 2016 a economia portuguesa teve um crescimento de 1,5%, abaixo 0,3 p.p. da zona euro e que a receita e a despesa total das Administrações Públicas se situou abaixo da previsão do OE 2016. Analisou a CGE referente ao Programa Orçamental da Saúde 2016, com quadros informativos e as recomendações do TC para o setor da saúde e salientou a recomendação 13 que sugere «Que o Governo, nos programas orçamentais, fixe objetivos claros e indicadores relevantes que permitam o seu reporte, monitorização e avaliação na CGE» e a 25 que «faça incluir na CGE informação sobre a dívida não financeira das EPR, incluindo as que pertencem ao SNS». Fez referência aos Pareceres do Conselho Económico e Social e da Unidade Técnica de Apoio Orçamental. Disse que optou por manifestar a sua opinião e «emitir um juízo de preocupação e de proceder a um alerta ao Governo». Chamou a atenção para um agravamento da dívida do Ministério da Saúde, nomeadamente um novo aumento da dívida dos hospitais EPE a fornecedores, salientando que «o montante dos pagamentos em atrasos dos EPE sofreu um agravamento de 54% entre 2016 e 2017 e de 86% desde que o atual Governo está em funções». Concluiu, dizendo que o Parecer da CGE está em condições de ser remetido à COFMA.

O Deputado João Marques disse que o Parecer faz a síntese da CGE e de outros pareceres. Deu nota de que as questões objeto de observações do TC estão a ser resolvidas e sugeriu que a recomendação 13 seja integralmente referida. Esclareceu que em 2016 se atingiu o défice mais baixo, o que permitiu sair do défice excessivo e que a consolidação orçamental é uma realidade que está a ser conseguida.

A Deputada Isabel Galriça Neto considerou o Parecer denso, factual e que transmite o caminho que tem vindo a ser seguido e que vai de encontro ao que o CDS-PP tem apontado sobre o crescente endividamento. Não negando existirem aspetos positivos na política de saúde, eles não podem iludir os negativos como o aumento das dívidas,



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 101/XIII/ 3.ª SL

o aumento das listas de espera e os atrasos para cirurgias e consultas. Considera que globalmente o SNS continua ameaçado, o que é uma fonte de preocupação.

A Deputada Carla Cruz sublinhou que o documento é factual e traduz os pareceres sobre a CGE e o Programa Saúde, e nesse aspeto acompanha o Parecer. O Parecer do TC traduz o que foram as opções de um orçamento que apostou na reposição de direitos e de rendimentos dos trabalhadores do SNS, na contratação de profissionais de saúde, embora ainda em número insuficiente face às necessidades. Não pode desligar o aumento da dívida, sobretudo a fornecedores, do subfinanciamento crónico dos últimos anos e à aposta nas PPP's.

O Deputado Moisés Ferreira disse entender que se olha para os indicadores financeiros e não para o que está por trás, porque os indicadores mostram que existe um subfinanciamento do SNS, não apenas de 2016, mas de muito antes, devendo optar-se por um planeamento plurianual como o BE tem defendido. Em seu entender as PPP's são caras e uma fonte de litigância, designadamente a de Braga, que agora reclama mais verbas para tratar doentes com VIH/Sida e esclerose múltipla.

O Deputado Luís Vales agradeceu os comentários e sugestões, que aceitou, nomeadamente a inclusão integral da recomendação 13 do Tribunal de Contas.

O Parecer foi aprovado por maioria com os votos a favor do PSD, BE, CDS-PP e PCP e a abstenção do PS, registando-se a ausência do PEV.

A Presidente em exercício cumprimentou o Deputado Luís Vales por ter expressado a sua opinião no Parecer, bem como por ter aceitado as alterações sugeridas.

#### 4. - Admissão e distribuição da Petição n.º 447/XIII/3.ª - sobre a «Adoção de medidas contra o eventual encerramento do atendimento complementar do Centro de Saúde de Sever do Vouga»

Foi admitida e distribuída ao PCP a Petição n.º 447 XIII (3.ª), que solicita a «adoção de medidas contra o eventual encerramento do atendimento complementar do Centro de Saúde de Sever do Vouga», para efeitos de elaboração de Relatório Final, que indicará posteriormente o nome do Deputado Relator.

11:00 - Audiência com a Direção da Associação Portuguesa de Nutrição Entérica e Parentérica (APNEP), «a fim de poder elucidar os Senhores Deputados sobre a



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 101/XIII/ 3.ª SL

problemática da nutrição clínica e também para transmitir as atividades que irão ser desenvolvidas no combate à erradicação da malnutrição por carência»

A Presidente em exercício cumprimentou a delegação representante da Associação Portuguesa de Nutrição Entérica e Parentérica (APNEP), constituída pelo Presidente, Aníbal Marinho, que veio acompanhado por Lino Mendes, Secretário da Associação.

Deu a palavra ao Presidente da APNEP que fez uma intervenção inicial, para apresentar os motivos do pedido de audiência, tendo frisado que o objetivo da Associação é o de «*promover a saúde e a qualidade de vida dos doentes, dando a conhecer a Nutrição Clínica, nas formas de nutrição entérica e parentérica, prevenindo a malnutrição a nível hospitalar e a nível ambulatório*». Foi distribuída documentação (1.ª parte, 2.ª parte e resumo) aos Deputados, sobre esta temática.

Os Deputados António Sales, Isaura Pedro, Isabel Galriça Neto, Moisés Ferreira e Carla Cruz usaram da palavra para comentar e colocar questões, nomeadamente sobre quais as medidas urgentes e necessárias que a APNEP considera que devem ser tomadas, se tem sido feita sensibilização junto da classe médica e da sociedade em geral e qual é a perspetiva do Governo e dos profissionais de saúde nesta área, de que forma tem evoluído a situação, quais os objetivos da ONCA para Portugal e com que limite temporal, pedindo ainda esclarecimentos sobre as linhas orientadoras do memorando e da questão da comparticipação, tendo o Presidente da APNEP prestado todos os esclarecimentos, que foram complementados por Lino Mendes e cuja gravação pode ser acedida aqui.

A Presidente em exercício agradeceu a documentação entregue e os esclarecimentos prestados, salientando que a AR e os Deputados têm a responsabilidade de dar voz aos problemas que afetam os portugueses.

A reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a gravação da primeira parte reunião da Comissão ser acedida aqui.

Palácio de São Bento, 31 janeiro 2018.

**A VICE-PRESIDENTE**

  
**(MÁRIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 101/XIII/ 3.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales  
Carla Cruz  
Catarina Marcelino  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Fátima Ramos  
Isabel Galriça Neto  
Isaura Pedro  
João Gouveia  
João Marques  
Jorge Falcao Simões  
José António Silva  
Luís Vales  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Marisabel Moutela  
Moisés Ferreira  
Ricardo Baptista Leite

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
Eurídice Pereira  
José de Matos Rosa  
Luís Graça  
Luís Soares  
Miguel Santos  
Teresa Caeiro

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o Senhor Deputado:

José Luís Ferreira

